



7

História do
Parque das Serras do
Porto

HISTÓRIA DO PARQUE DAS SERRAS DO PORTO	
7.1 PSeP: uma montra das formações geológicas mais antigas de Portugal	250
7.2 PSeP: 6000 anos de presença humana	253
7.2.1 Da Pré-História ao Julgado de Aguiar de Sousa	254
7.2.2 Antecedentes do Parque das Serras do Porto: da ideia até à criação de uma Paisagem Protegida Regional de interesse metropolitano	261
7.4 Bibliografia	268

Autores:
Teresa Andresen
Antónia Silva (CMP)
Alexandre Lima (FCUP)
Gonçalo Andrade (XSCAPES)
Mariana Abranches
Sara Leal (FCUP)

Foto: Gonçalo Andrade

7. A história do Parque das Serras do Porto

7.1 PSeP: uma montra das formações geológicas mais antigas de Portugal

A relevância do Parque das Serras do Porto decorre essencialmente da existência de uma formação geológica de grande distinção: o Anticlinal de Valongo.

Trata-se de uma megaestrutura de enorme importância no contexto do noroeste da Península Ibérica, sendo constituída por formações geológicas que, à exceção de alguns terraços fluviais de rio (Quaternário), são da Era Paleozóica ou ainda mais antigas (do Pré-câmbrico) representando um intervalo de cerca 300 milhões de anos (Ma) da história geológica do planeta.

Há cerca de 600 Ma o fundo marinho onde se depositaram os sedimentos que vieram a tornar-se as rochas do Anticlinal de Valongo encontrava-se coberto por um mar que na altura se localizava no hemisfério sul.

Nesse ambiente marinho depositaram-se os sedimentos que deram origem ao chamado “Complexo Xisto-Grauváquico” de idade câmbrica (Couto; Piçarra & Gutiérrez-Marco, 1997) e talvez pré-câmbrica (Couto, 1993). Estes sedimentos depositados no fundo do mar transformaram-se nos xistos e grauvaques que se encontram atualmente.

No Câmbrico há cerca de 540 Ma esse mar acabou por fechar devido ao choque das placas continentais provocado pela atuação da tectónica (Orogenia Caledónica) (Lourenço & Couto, 2011). No início do Ordovícico (485-443 milhões de anos) no interior do continente começou a formar-se um novo mar. A sua origem esteve relacionada com a abertura de um rifte (fratura que separou as placas continentais) (Couto & Lourenço, 2011). Nesse mar, de pouca profundidade, depositaram-se por cima do Câmbrico sedimentos grosseiros (seixos e areias) que mais tarde viriam a formar conglomerados e quartzitos. Esse mar estava tão perto do então pólo sul que ainda registou nos diamictitos do Ordovícico (com início aproximadamente há 490 Ma), pequenas pedras caídas dos icebergs que flutuavam no oceano.

À medida que o mar foi avançando, os sedimentos tornaram-se mais finos e a profundidade aumentou, dando mais tarde origem às famosas ardósias de Valongo muito ricas em fósseis e outras rochas xistentas.

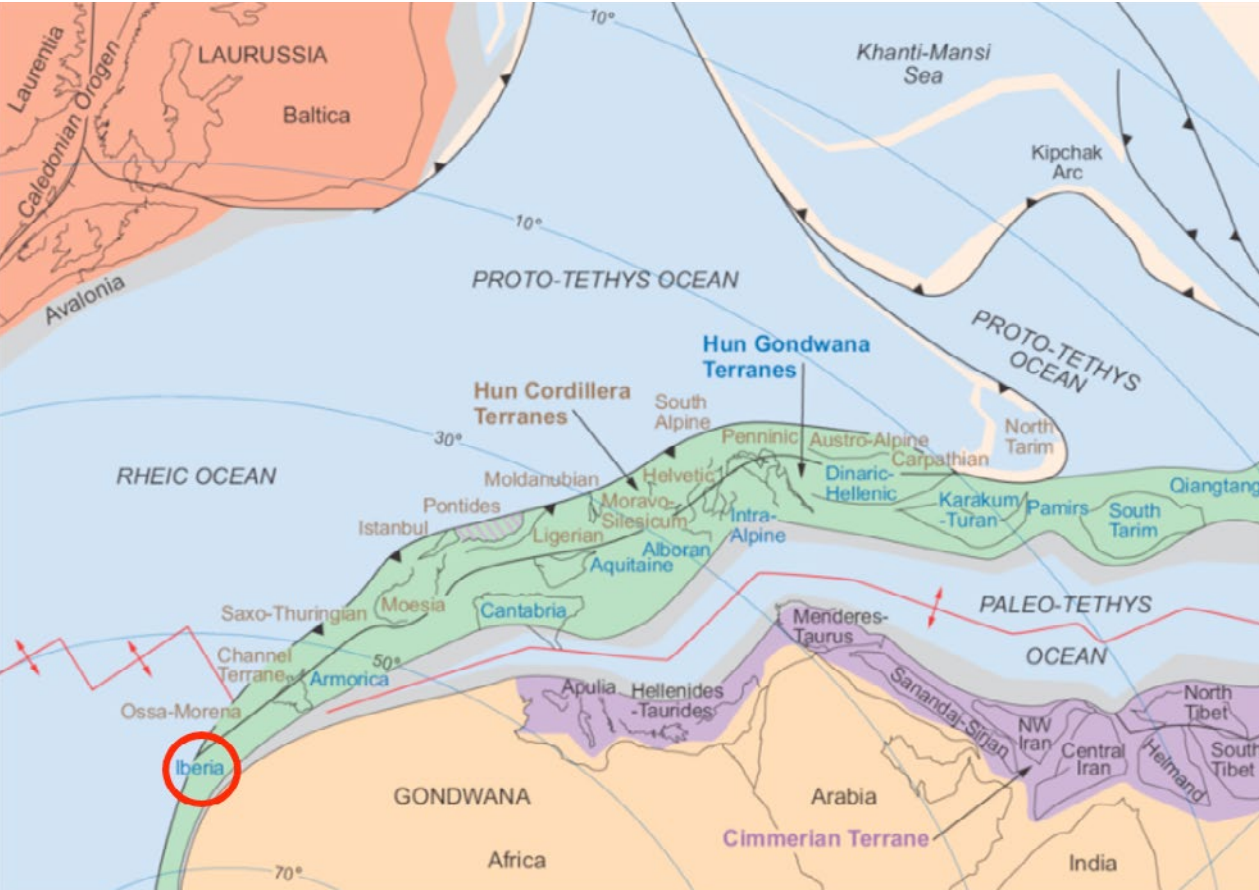


Fig. 7.1 - Reconstrução da tectónica de Placas com a localização a vermelho da localização da Iberia por altura do Silúrico (Stampfli et al. 2001)

Durante o Silúrico (443-419 milhões de anos) o mar atingiu a sua profundidade máxima, tendo-se depositado “essencialmente sedimentos argilosos com algumas intercalações de sedimentos arenosos que mais tarde deram origem a xistos negros e quartzitos” (Lourenço & Couto, 2011).

No Devónico (419-358 milhões de anos), último período com deposição de sedimentos em ambiente marinho, formaram-se arenitos e xistos. Para o final do Devónico (370M.a.) este mar também fechou devido a nova atuação da tectónica (1ª fase da orogenia varisca) que originou a estruturação da mega estrutura geológica conhecida por “Anticlinal de Valongo”. A orogenia Varisca teve origem na colisão do continente Gondwana, do qual a atual Península Ibérica fazia parte, com o continente Laurentia-Báltica (Fig.). A tectónica provocou também o tombamento desta dobra fazendo com que um dos flancos, designado por flanco inverso, ficasse na posição invertida (com os estratos mais antigos por cima dos estratos mais recentes) (Couto & Lourenço, 2011).

O Anticlinal de Valongo corresponde a uma dobra assimétrica, com direção noroeste-sudeste (direção das cristas quartzíticas que formam as serras), prolongando-se próximo de Esposende de Lagoa Negra até Castro Daire.

A erosão que atuou sobre o Anticlinal de Valongo ao longo de milhões de anos expôs à superfície bancadas de quartzito que originaram duas cristas alongadas com relevos acentuados, correspondendo, cada uma destas cristas, a um dos flancos do anticlinal (Couto, 1993; Couto & Lourenço (2011)).

O flanco normal (oriental) tem uma inclinação de aproximadamente 35° para Nordeste prolongando-se desde Valongo até leste de Castelo de Paiva por uma extensão de 20km onde é cortado por granitos Variscos, enquanto o flanco inverso (ocidental) é muito mais inclinado (subvertical) e prolonga-se para sul por uma extensão de mais de 50km até perto de Castro Daire onde é também cortado por granitos Variscos (Ribeiro et al., 1987).

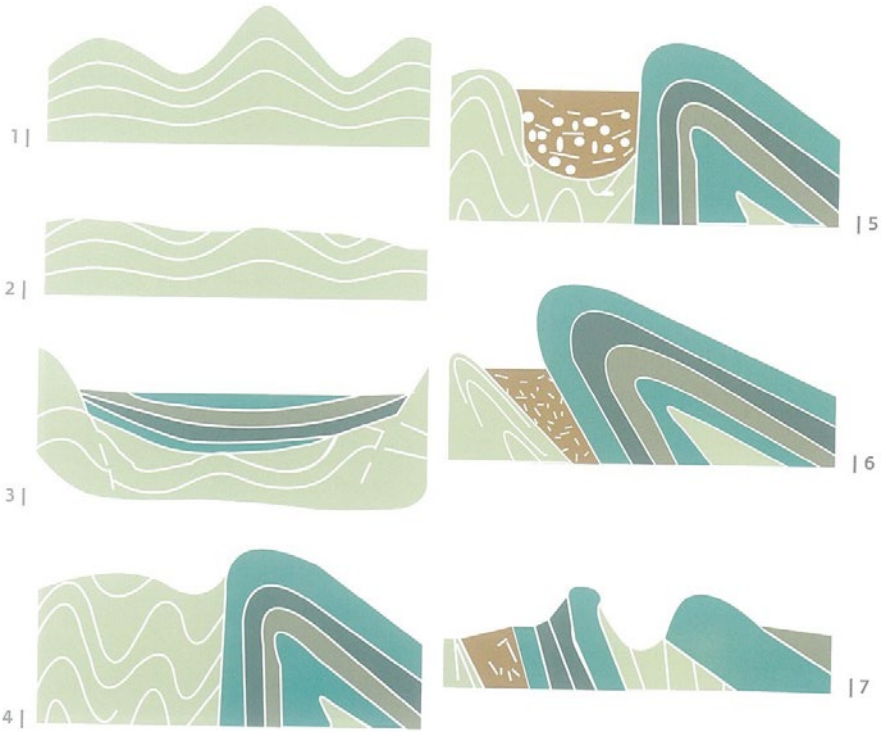


Fig. 7.2 - Evolução geotectónica do Anticlinal de Valongo (in Couto e Lourenço, 2011 (modificado de Couto, 1993)). 1-Atuação da tectónica que deformou as rochas do Precâmbrio e/ou Câmbrio. 2-Subsequente erosão destas rochas originando uma superfície de aplanamento. 3-Abertura de rifte originando um mar onde depositaram sedimentos desde o Ordovícico Inferior ao Devónico Inferior. 4-A tectónica atua de novo (1ª fase da orogenia Varisca) formando o Anticlinal de Valongo. 5-Bacias continentais instalaram-se numa zona intramontanhosa a oeste do flanco inverso. 6-Fases mais tardias da orogenia Varisca voltam a deformar as rochas provocando o tombamento do Anticlinal para oeste. 7-Os agentes erosivos transformam uma montanha num grande vale.

7. A história do Parque das Serras do Porto

7.2 PSeP: 6000 anos de presença humana

Há aproximadamente 300 milhões de anos, a sudoeste do anticlinal, desenvolveu-se uma flora luxuriante e depositaram-se sedimentos do Carbónico (358-298 milhões de anos) formando "aquilo a que hoje se denomina de Bacia Carbonífera do Douro" (Lourenço & Couto, 2011). Estes deram origem a xistos, arenitos, conglomerados e carvões. Posteriormente houve o cavalgamento das formações do Paleozóico Inferior marinho sobre as do Paleozóico Superior continental. Os fósseis de plantas do Parque das Serras do Porto aparecem já no Carbónico, mas os xistos onde aparecem depositaram-se em bacias intramontanhosas, em ambiente tropical, já bem perto do então equador.

No interior de alguns xistos deste tempo geológico até agora descrito, ainda se encontram os restos impressos dos corpos e da atividade de trilobites, graptólitos, e outros animais marinhos que habitavam esses mares quando estes sedimentos de conglomerados, areias, argilas se depositaram.

Segundo Couto e Lourenço (2011), as primeiras formas de vida conhecidas na região pertencem ao Câmbrio (541 milhões de anos). Como representantes do Ordovícico, pode-se mencionar as trilobites, os graptólitos, os braquiópodes, os cefalópodes, os bivalves, entre outros. No Silúrico, dominaram os graptólitos e no Devónico destacaram-se os braquiópodes. Sabe-se isso, em parte, devido "à existência de icnofósseis" (Couto, 1997).

Foi também nesta altura que se instalaram em profundidade os granitos que rodeiam a região, como o granito do Porto, que se formou há aproximadamente 311 Ma. A eles está associado a circulação de fluídos pelas fissuras das rochas, lixiviando metais como por exemplo o ouro, e precipitando-os em armadilhas como as dobras menores do Anticlinal, ou em fraturas associadas a estas ou posteriores.

Algumas evidências levavam a supor a existência de granitos não aflorantes (Couto, 1993) que mais tarde foram descobertos numa das galerias da Mina de Ribeiro da Serra em Gondomar (Couto et al., 1999; 2007), o que permitiu evidenciar uma relação entre estes e as mineralizações de Sb-Au, Au-As e Sn-W. Os

fluidos magmáticos associados ao granito terão contribuído para o transporte dos metais nomeadamente do ouro e antimónio.

Resumindo, foram as forças tectónicas relacionadas com as colisões de continentes, ao longo do tempo geológico, que trouxeram do fundo do mar as rochas que agora observamos, após sofrerem diagénese – alterações químicas e físicas sofridas pelos sedimentos desde a deposição até à consolidação e transformação em rochas - e metamorfismo. Foi nessa altura que se formou o Anticlinal de Valongo. A erosão do Anticlinal desde então deu origem à paisagem que hoje conhecemos (Fig 7).

Estas cristas quartzíticas são vestígios de estruturas particularmente competentes que foram resistindo à erosão de centenas de milhões de anos. Entre elas correm o rio Ferreira e o rio Sousa, formando meandros que deixaram ao longo da sua evolução, vários terraços fluviais conhecidos por aluviões, as formações geológicas mais recentes do Parque das Serras do Porto, alguns deles contendo ouro, que foram explorados pelos Romanos. Outros, os mais recentes do período Quaternário, são amplamente utilizados para a agricultura.

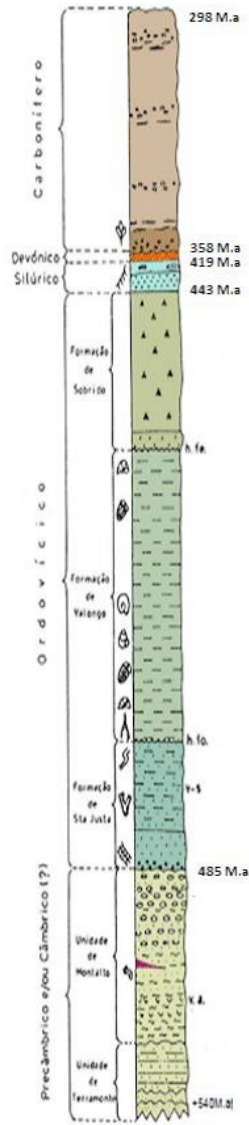


Fig. 7.3 - Coluna estratigráfica da região de Valongo adaptada de (COUTO, 1993)

7. A história do Parque das Serras do Porto

7.2.1 Da Pré-História ao Julgado de Aguiar de Sousa

O Parque tem seis mil anos de ocupação humana. As entranhas das suas serras acolhem abundantes vestígios que testemunham a presença humana ao longo de milénios.

IVº milénio a.C. – A Pré-História

Há seis mil anos o território foi escolhido pelo Homem para nele viver e morrer. Calcorreou pelas serras e pelos vales, lançou sementes, colheu alimentos e pescou nos rios Ferreira e Sousa. Pelo facto dos seus povoados serem construções em materiais perecíveis não são, hoje, visíveis na paisagem e portanto ainda não identificados. Porém, dessa época, temos como testemunhos as estruturas arquitetónicas funerárias, onde os seus mortos eram enterrados, que se destacam pela estrutura megalítica sob túmulos, designados por “mamoa”. Estes sepulcros impunham-se na paisagem ao mesmo tempo que sacralizavam o espaço.

IIº/Iº milénio a.C. – A Proto-História

Com o domínio das novas tecnologias, designadamente metalúrgicas, algumas das serras do Parque vão ser povoadas pelo Homem. Vão construir as suas aldeias a 300 e 400 metros de altitude, na procura de condições naturais de defesa, controlo visual e domínio sobre as principais vias fluviais, vale do Rio Sousa, vale do Rio Ferreira e até mesmo sobre as margens do rio Douro. Estas aldeias que se designam por Castros distribuem-se pelas serras de Santa Iria, Medas (Alto do Castelo), Broalhos, Castros, Pias e Santa Justa, Alto do Castro, Couce. Os seus habitantes poderão ter sido os primeiros prospetores do ouro.



Fig. 7.4 - Mamoa de Brandião



Fig. 7.5 - Castro de Couce



Fig. 7.6 - Castro de Pias



Fig. 7.7 - Castro de Santa Iria

Séculos Iº d.C / IVº d.C – A Romanização

Com a chegada dos romanos dá-se uma profunda alteração na organização do território e no povoamento. Na região em causa, impunha-se uma orientação para os interesses e resultados económicos, através da exploração de forma intensiva do ouro.

As evidências arqueológicas e epigráficas informam-nos quanto à forma de humanização e ocupação do parque, há dois mil anos.

Deste modo, enquanto alguns povoados castrejos funcionariam como pontos de controlo, há uma deslocação do povoamento para a meia encosta ou mesmo para zonas mais planas, emergindo, concretamente, os povoados abertos e os povoados/oficinas junto aos locais de exploração do ouro. designadamente, a Quinta da Ivanta cujas escavações arqueológicas registaram construção de estruturas como lavarias, condutas de água, represas, tanques, muros e estradas utilizadas para o escoamento da produção, entre outras (Baptista et al, 2005); ou o Outeiro da Mó, Povoado /oficina do Poço Romano e Oficina de Santa Comba, onde se recolheram à superfície, materiais relacionados com a cobertura e pavimento das estruturas habitacionais e ou oficinais, cerâmica comum e sigillata de uso quotidiano, moedas, mós e apiladores para tratamento do minério e que nos remetem, genericamente para o período entre o século I d.C. e séc. IV d.C. (Lima et al, 2011).

Esta ocupação romana manifesta-se, também, nos vestígios de residência não oficial, as villae, bem como nas práticas religiosas e funerárias.

Através destas evidências arqueológicas revemos os rituais praticados pelos romanos perante os entes queridos que faleciam; a forma como a viviam e sentiam. As inscrições dão-nos a conhecer o nome de alguns romanos e romanas que habitaram nesta área mineira, quais os deuses que adoraram e inferir qual o tipo de administração mineira exercida nesta área.

Estes achados epigráficos também podem retratar as práticas religiosas e funerárias conforme se interpretam as aras de Santa Comba, Sobreira, Paredes, cuja dificuldade de leitura da sua inscrição tem sido interpretada ora como funerária, mandada fazer em homenagem à irmã do dedicante de seu nome Rufus (Redentor, 2011); ora como votiva dedicada à deusa Galaecia

(Tranoy, 1977), ou, ainda, a epígrafe encontrada em Melres, Gondomar, invocando os deuses Manes e cujo epitáfio é dedicado pelo marido Proculo à sua esposa defunta, Câmala, enquadrável nos finais do século II e princípio do Seculo III d.C. (Redentor, 2009).

A epígrafe encontrada em Susão, Valongo, dedicada Alboco coloca-nos a possibilidade das áreas mineiras das Banjas e Castromil, juntamente com as de Pias, Santa Justa, Covelo e Medas tenham constituído uma circunscrição autónoma designada por Albocolensis, pelo que justificaria a existência de um procurator metalli dependente do procurador de Augusto para as Astúrias e Galécia ao mesmo tempo que parece convergir para a referência de Plínio a uma mina designada por albocranense, que o autor situa na Gallaecia.

Do mesmo modo, que a epígrafe identificada na freguesia de Lagares, em Penafiel, dá-nos a conhecer a presença de dois escravos do imperador Dominiciano, com funções de dispensadores, pressupondo-se que a sua estada neste sector mineiro documente a intervenção imperial nas operações extrativas desta região.



Fig. 7.8 - Fragmentos de cerâmica - sigillata, povoado oficina Outeiro da Mó



Fig. 7.9 - Fragmento de vidro, povoado oficina Poço Romano



Fig. 7.10 - Fragmentos de mós, povoado oficina Outeiro da Mó

Séculos Vº d.C - VIº d.C – Os Suevos

A chegada dos Suevos ao território hispânico e a instalação da sua capital em Braga vai repercutir-se, numa nova reorganização do território que, o Parochial suévico do século VI regista, e cujas paróquias emergentes devem corresponder a aglomerados importantes na época romana. A interpretação daquele documento tem apontado para que a atual freguesia de Medas, no concelho de Gondomar tenha tido origem suévica - Mendolas - , assim como Menturio poderá corresponder a uma antiga paróquia mineira de Valongo (Alarcão, 2001).

Séculos IX – X – Reconquista cristã

Como consequência da invasão muçulmana e respetiva recuperação territorial por parte dos cristãos a área do Parque integrou o novo quadro de organização administrativa e militar alti-medieval de Afonso III das Astúrias, a civitas Anegia, controlada por estruturas de defesa e refúgio designadas de encastelamento (Barroca, 1990-91). É neste modelo de reorganização do espaço que surgem os castelos roqueiros, numa clara ocupação e aproveitamento dos promontórios rochosos, com condições naturais de defesa, formando uma rede defensiva e controlo das vias fluviais.

O Castelo de Aguiar de Sousa

Século X – Há mil anos

O Castelo de Aguiar de Sousa, que apesar de implantado no topo de uma elevação cónica com 92 metros de altitude, rodeado por montes que lhe tiram visibilidade a longa distância, era considerado um ponto estratégico-defensivo do território de Portucale e das terras do Vale do Sousa, desde do século X, altura em que a Chronica Gothorum refere a tomada do Castelo de Aguiar de Sousa pelo Almançor, em 995: “Era MXXXIII Almanzor cepit Castellum de Aguillar quod est in ripa Sause in Portugalensi provincia”.



Fig. 7.11 - Castelo de Aguiar de Sousa

Efetivamente, a localização do Castelo de Aguiar de Sousa, apesar de ter a norte as serras de Pias e do Castiçal, com domínio sobre os vales dos rios ferreiras e Sousa, e a sul as serras das Flores, Facho, Santa Iria e Banjas, com o controlo do rio Sousa e a entrada pelo Douro, permite controlar e defender o ponto mais frágil daquela barreira natural.

Em 1062 surge pela primeira vez a referência documental à Terra de Aguillar encabeçada por um castelo que capitaneava o território (Barroca, 1990). Nesta governação destaca-se a família dos Sosas ou Sossões, homens de confiança da corte de D. Afonso Henriques, documentados a partir do século XI, com destaque para Mem Viegas, governador das terras de Sousa, seu filho Soeiro Mendes – o Grosso – governador de Aguiar de Sousa, cuja importância familiar manteve-se até aos primeiros anos do século XIII, com Gonçalo Mendes de Sousa II a desempenhar o cargo de mordomo-mor até ao fim do reinado de D. Sancho I (Mattoso 1985), mantendo-se à frente de várias tenências até 1236.



Fig. 7.12 - Castelo de Aguiar de Sousa - vista

Século XIII – Há 800 anos – E o Julgado de Aguiar de Sousa

Na sequência do esforço de centralização régia, durante a centúria de duzentos, as tenências e as terras são extintas e dão lugar a circunscrições judiciais, que pressupunha a presença de um magistrado régio.

O Castelo de Aguiar de Sousa passa a ser o centro de administração judicial de uma vasta região - o Julgado de Aguiar de Sousa - cujos limites aproximados são a Ocidente os rios Ferreira e Eiriz, a Oriente o Sousa e Mezio e a Sul o Douro, de um dos maiores e poderosos julgados, com 46 ou 48 freguesias, algumas das quais hoje integradas nos concelhos de Ferreira, Lousada, Gondomar e Valongo e a maior parte no concelho de Paredes, sendo a propriedade distribuída entre a Igreja, a nobreza e o rei. Em 1258, os casais da freguesia de Aguiar de Sousa pertencem na totalidade ao rei (Mattoso et al, 1982).

A importância deste centro de poder é demonstrado em 1258, com as Inquirições de D. Afonso III, as quais são dirigidas

aos “homens de castelo de Aguiar e aos paroquianos da Igreja de S. Romão”. Da mesma forma que, em 1373, se verifica que os homens do castelo e moradores de Aguiar de Sousa se recusam a trabalhar na construção das muralhas da cidade do Porto, comprometendo-se a pagar 100 libras por ano ao alcaide e reconstruir o castelo (Sousa, 1994). O mesmo D. Afonso III despromove a velha nobreza e promove a ascensão de cavaleiros a ricos-homens pelos feitos militares (os de Riba Vizela e Gil Vasques de Soverosa). Institui, ainda, o cargo de meirinho-mor (1261) para controlar os desmandos e abusos senhoriais.

A dinâmica do território do Julgado era intensa, já que durante o reinado de D. Dinis passou de um tabelião a existirem três tabeliães (Marques, 1980).

Como consequência da decisão do Rei D. Fernando, que alargou o termo concelhio do Porto, colocando as terras do Julgado de Aguiar de Sousa, e outras, sob jurisdição da cidade do Porto, o concelho e julgado de Aguiar de Sousa viu reduzir-se os seus poderes decisórios.

Efetivamente, em 1369 o Julgado de Aguiar de Sousa é considerado de grande extensão e distanciamento da cidade do Porto pelo que o corregedor do Entre Douro e Minho refere em carta que os juízes da cidade deviam colocar aí ouvidores, sendo que os moradores para causas mais importantes poderiam recorrer aos juízes do Porto e seriam ouvidos semanalmente ao sábado.

Porém, D. João I, em 1385, confirma aos moradores e povoadores de Aguiar de Sousa todos os privilégios, liberdades, foros e bons costumes que sempre tiveram.

Em 1513, D. Manuel I em reconhecimento da forte identidade das gentes e das terras de Aguiar de Sousa concede-lhe Carta de Foral, independente do Porto, reforçando, assim, a importância deste território. Refira-se que a atual freguesia de Sobrado e S. Jemil de S. Martinho de Campo estavam sobre alçada deste Foral (Marques, 2013).

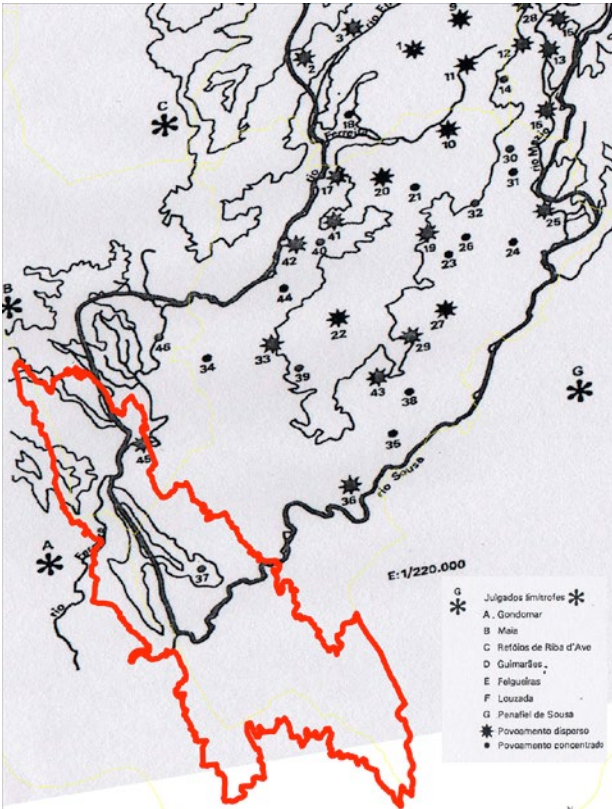


Fig. 7.13 - Mapa julgado de Aguiar de Sousa 1258
In Mattoso, José, et al (1982)– As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o Julgado de Aguiar de Sousa. Revista de história económica e social. Nº9, p.17-74

Não impedindo, contudo, que em 1590 fosse emitida uma Carta regia a confirmar Aguiar de Sousa como terra reguenga.

Em 1758 o governador é ouvidor ou juiz, sujeito à Câmara da cidade do Porto

Aguiar de Sousa assume-se como cabeça de Julgado até à primeira metade do século XIX (1836) com a formação do concelho de Paredes e a integração de Aguiar de Sousa como freguesia.

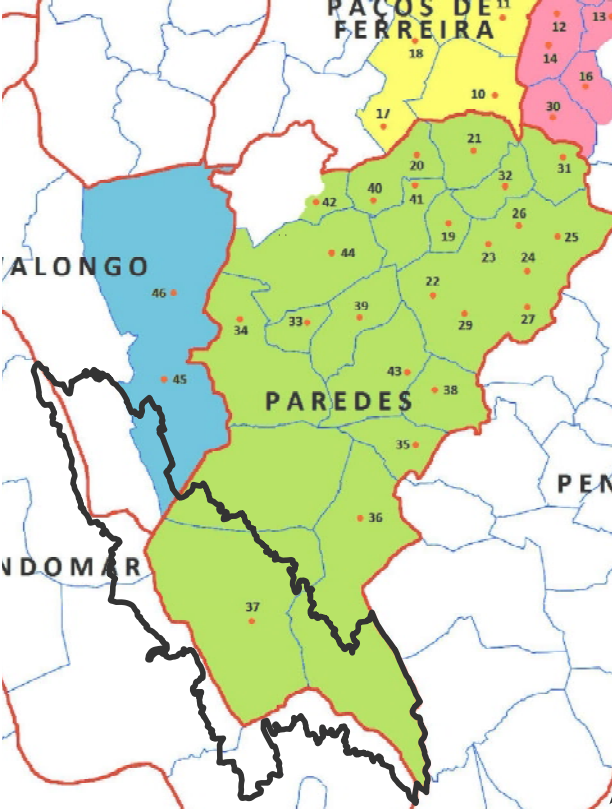


Fig. 7.14 - Freguesias do antigo Julgado de Aguiar de Sousa e o PSeP
Mapa de acordo com as Inquirições de 1258.
Autor: Cristiano Marques da Costa, Eng.º.

As terras de Aguiar de Sousa eram pertença do rei aquém os moradores pagavam rendas e tributos, bem como ao rico homem que tivesse a terra em nome do rei, dos quais se destacam:

- Dos meados do século XI ao princípio do século XIII membros da família de Sousa, senhores de Soverosa e de Riba de Vizela (Mattoso, 1985);
- 1387 a Pero Lourenço de Távora (Chancelaria de D. João

l), seu reposteiro-mor e aos seus descendentes, a terra de Aguiar de Sousa;

- 1501, o rei D. Manuel I confirma a doação da terra de Aguiar de Sousa, por D Afonso V, a João Rodrigues de Sá (1º Conde de Penaguião), fidalgo da Casa real e alcaide-mor na cidade do Porto, e por seu falecimento ao seu filho barão com toda a jurisdição civil e crime, com todos os privilégios, liberdades, rendas e direitos, em consideração aos serviços prestados, de acordo com a Carta de D. Afonso IV;
- 1545, Carta régia confirma a João Rodrigues de Sá com todas as rendas e direitos por morte de seu pai francisco de Sá falecido na ida à Índia mandando dar-lhe outra carta de terra de Gondomar;
- 1706, são senhores dos maninhos e direitos reais os Marqueses de Fontes
- 1747 é senhor da terra e seus montados o Marquês de Abrantes ao qual os povos pagam as suas conhecenças.



Fig. 7.15 - (Fotografia antiga data do início do século XX e faz parte do arquivo da paróquia, gentilmente cedida pelo Revendo Abade Reinaldo Fernandes Moreira).



Fig. 7.16 - Igreja de São Romão da paróquia de Aguiar de Sousa



Igreja de São Romão da paróquia de Aguiar de Sousa – Padroado régio

Esta igreja tendo sido do padroado Régio foi, certamente, de fundação real, o que terá correspondido a uma importância significativa para a definição da paróquia e seu povoamento, percebendo-se, desde logo, pelas inquirições de 1258 quando distinguem, claramente os “homens do castelo” e os “paroquianos da igreja de São Romão”.

O direito de padroado régio era uma concessão papal, através de bulas, delegando poderes aos reis de Portugal, quanto à fundação, apresentação e funcionaria como forma de agregar e controlar as gentes que viviam no território.

As insígnias e a inscrição latina na fachada da igreja, cuja (re) construção remete-nos para o século XVII-XVIII, estabelece uma ligação com a igreja Mãe e Cabeça de todas as igrejas de Roma e de todo o mundo, a Basílica de Latrão, como sinal de unidade com o Papa (SACROSANCTA LATERANENSIS ECCLESIAE – Santa Igreja de Latrão).

- 1220-1229 – Integrada na diocese do Porto e ao padroado régio “Sanctus Romanus de Aguiar” (Boisselier, 2012)
- 1320 – A igreja de Aguiar de Sousa era taxada em 76 libras e a igreja do castelo em 40 libras (rendas eclesiásticas do reino concedidas pelo período de 3 anos a D. Dinis pelo Papa João XXII para subsídio da guerra contra os Mouros em 1320) (Boissellier, 2012)
- 1371 – Igreja de São Romão é designada como sendo do Castelo de Aguiar, na contabilidade Pontifícia das procurações episcopais (Boissellier, 2012)
- 1380 – Carta de apresentação da igreja de são Romão ao bispado do Porto
- 1511 – Rui Dias de Azevedo, capelão do rei, apresentação da igreja de São Romão de Aguiar, no Bispado Porto
- 1542 – Terra de Aguiar de Sousa associado ao Deado com

42 freguesias: Aguiar de Sousa era do Rei; a igreja era taxada em 76 libras e é de apresentação de El-rei (Censual da Mitra do Porto) (Santos, 1973)

- 1623 – A igreja de São Romão de Aguiar é referida como Abadia e rende 170 mil reis. Nesta altura já fazem parte da relação do Catálogo dos Bispos do Porto as ermidas de S. Sebastião, de Nossa Senhora dos Remédios, de Nossa Senhora do Salto e de Santa Marta (Cunha, 1623). A presença de uma ermida quase em todos os lugares reflete, por um lado a necessidade de um templo pela dispersão dos lugares e consequente distanciamento da Igreja Matriz e por outro lado a certeza da importância dos senhores residentes ou protetores.
- 1715 – Trasladação dos Santos da Capela de S. Sebastião para a igreja nova, em 09/09/1714 e colocação do sagrado viático em 12/05/1715 (ADP)
- 1758 – Abadia de Padroado real, Bispado do Porto, comarca de Penafiel. Rende por ano 500 mil reis e a quarta parte pertence ao Colégio (Capela et al, 2009).

Demografia/povoamento

As Inquirições de 1258 retratam Aguiar de Sousa como um território rural, com pouco mais de 100 moradores distribuídos pelos 23 casais, provavelmente distribuídos em torno do Castelo (Mattoso et al, 1982). Trata-se de um povoamento no vale do Rio Sousa privilegiando sítios com boa exposição solar; envoltas por campos e leiras propícias à agricultura, junto à serra para a prática de pastorícia, e pelas margens dos rios, próximos dos recursos piscícolas e dos lameiros verdejantes e controlo fluvial.

A referência aos atuais lugares habitados são mencionados em 1437-38 quando do contributo/imposto para a abertura da Rua Nova do Porto, designadamente contribuintes da “aldeia d’Aguiar; juradia da Cernada e juradia d’Alhery. Nesta altura também se verifica alguma mobilidade regional que a título de exemplo, dentro deste território poderemos mencionar a deslocação

para Sarnada provida da Aldeia de Branzelo (Julgado de Melres) (Ferramosca, 1998).

As informações demográficas vão sendo pontuais, sendo que o Numeramento em 1527-1532 apenas indica 44 moradores para a freguesia de São Romão de Aguiar (Freire, 1905).

Em 1623, São Romão de Aguiar de Sousa tinha 226 pessoas de comunhão e 51 menores (Cunha, 1623).

Em 1680 – Lançamento do Milhão do Concelho de Aguiar de Sousa, a contribuição para o casamento da Infanta D. Isabel (Filha de D. Pedro II), foi aplicada aos moradores do concelho de Aguiar de Sousa – lugares: Aguiar; Senande, Cernada e Alvre.

Em 1758 : Senande tinha 17 fogos e 50 pessoas; Sernada 26 fogos e 90 pessoas; Brandião seis fogos e 20 pessoas; Aguiar 55 fogos e 197 pessoas e Alvre 37 fogos e 125 pessoas (141 fogos e 482 pessoas) (Capela et al, 2009)

Em 1758: Povoas possui 4 fogos; Vale de São Jemil que agrega vários lugares como Outeiro, Corredoura com 2 fogos, Aldea e Quintão que compreende Pena do Corvo, Azenha (1 morador), entre outros. (Capela et al, 2009)

Em 1527-1532:

Povoação de Leça e Matosinhos 677 moradores e é de João Rodrigues de Sá

Povoação de Vallonguo tem de moradores 57.

O lugar de Melres que tem civil e crime pegado ao Douro e é senhor Dom Jorge tem de moradores 78.

No julgado de Gondomar a freguesia de S. Pedro da Cova tem 26 moradores

No Julgado de Penafiel de Sousa a freguesia Santa Comba e Casconha têm 8 moradores (Freire 1905).

A Freguesia de S. Martinho do Campo é já conhecida, com este nome, no ano 797, como se vê num documento encontrado na Universidade de Coimbra que diz que “Em 797 doou D.

7. A história do Parque das Serras do Porto

7.2.2 Antecedentes do Parque das Serras do Porto: da ideia até à criação de uma Paisagem Protegida Regional de interesse metropolitano

“Trata-se de um projecto com mais de meio século de existência, pensado na perspectiva de uma paisagem equilibrada, fazendo acompanhar os crescimentos estimados dos centros urbanos e em especial a cidade-região que começava a ser o Porto.”

Alcide Gonçalves, 2002, p. 3

O projeto de um parque nos territórios a nascente do Porto é uma ideia antiga que só na presente década passou de projeto a realidade. Ao longo da história do planeamento do que é hoje a AMP, os documentos que defendem a importância da proteção, conservação e valorização das Serras são vários, coincidindo, de um modo geral, com o anticlinal de Valongo, e áreas mais vastas, mesmo até ao vale do Tâmega. Nestes documentos, a área aparece ora mais extensa ora mais restrita e vai recebendo diferentes denominações, desde reserva regional ou natural, parque regional, parque florestal, parque ecológico ou parque metropolitano, mas sempre vocacionada para a criação de uma área de proteção, conservação, lazer e turismo.

Organizamos o presente sub-capítulo em cinco momentos que focalizam o enquadramento do Parque das Serras do Porto no exercício de planeamento à escala urbana, metropolitana e regional de um vasto território sem fronteira a que ora se chama Porto-região ora Grande Porto:

- Os planos de Ezequiel de Campos e de Antão de Almeida Garrett: a ideia
- O Plano da Região do Porto de 1975: a consagração da ideia
- Nas décadas de 1980 e 1990: variações sobre um mesmo tema
- Na primeira década do milénio: a dimensão metropolitana
- A criação do Parque das Serras do Porto.

Sob o ponto de vista da evolução da história do PSeP ela reclama estudos de outra natureza que retratem os principais acontecimentos como os de natureza infraestrutural como o caminho de ferro e a rede rodoviária com destaque para a nova travessia sobre o Douro a nascente do Porto e o povoamento florestal ou a atividade louseira e carbonífera que tanto marcou a vida das Serras desde meados do século XIX. No entanto, como se refere, privilegia-se sistematizar o processo evolutivo da ideia de um grande parque sobre o anticlinal de Valongo, congregando os municípios de Gondomar, Paredes e Valongo. O PSeP surge num contexto de AMP, razão pela qual se restringe a estes três municípios embora se reconheça a sua continuidade natural a sul quer na margem esquerda do Douro quer no concelho de Paredes. Mas considere-se que o PSeP ainda dá os seus primeiros passos.

Constata-se que ao nível do planeamento, o Grande Porto conta com três planos de carácter regional elaborados com uma periodicidade de cerca de 20 anos e todos eles são unânimes sobre a importância da criação do parque metropolitano: o Plano Regulador da Cidade do Porto (1952), o Plano da Região Porto (1975) e o Estudo Sócio Económico da Área Metropolitana do Porto (1993).

7.2.2.1 - Os planos de Ezequiel de Campos e de Antão de Almeida Garrett: a ideia

Podemos considerar que os engenheiros e professores Ezequiel de Campos (1874-1965) e Antão de Almeida Garrett (1896-1978) foram as primeiras pessoas que, com uma perspetiva moderna de planeamento territorial, pensaram aquilo que hoje designamos por PSeP, um parque metropolitano. No Prólogo do Plano da Cidade do Porto de 1932, Ezequiel de Campos concebeu a cidade do Porto como o centro da região e advertiu que o plano deveria alargar a sua área de intervenção, referindo inclusive, como importante a coordenação, entre os diferentes municípios, dos lugares de recreio. No Prólogo lê-se: “...o plano da Cidade do Pôrto deve compreender Gaia, Matosinhos e

Leça; logo também Gondomar: seguindo-se a prática universal do plano da expansão urbana, adoptada em tantíssimas cidades de todo o mundo. Madrid. Barcelona, Paris, Berlim... Nova York... Bilbao, Valencia, fizeram de há muito, ou há pouco tempo, o enquadramento urbano das povoações satélites, definindo zonas vastas de cidade” (Campos, p. 21). Ezequiel de Campos introduz a ideia de um Plano Regional de Urbanização: “Levando mais longe a previsão da Cidade do Pôrto, dever-se-á estudar também um plano regional de urbanização, pela fatalidade da influência da hegemonia do porto nas vilas e cidades limítrofes, especialmente Espinho, Gondomar, Valongo, Maia, Santo Tirso, Vila do Conde e Póvoa do Varzim, esparsas num terreno tão densamente povoado. — Um raio de 30 quilómetros é considerado hoje no plano de urbanização regional das pequenas metrópoles”. ... “Estradas ou troços de estradas melhores (como de Leixões a Vila do Conde e a Santo Tirso; coordenação de lugares de recreio e habitação; encadeamento das actividades das povoações satélites; estradas novas como a da beira-mar, da Boa-Nova a Vila do Conde...” (Campos, p.35).

Uns anos depois, em 1940, o Arquitecto Giovanni Muzio, a trabalhar para o Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização do Porto, referiu a necessidade de se criarem zonas verdes fora da cidade.

A Direção Geral dos Serviços de Urbanização em 1945 encarregou Almeida Garrett de elaborar o Antepiano Regional do Porto (1946) que só seria aprovado ministerialmente em 1950. O que hoje é designado como PSeP, em termos gerais, surge delimitado como “zonas arborizadas” (Fig 7.17). Por sua vez, a Câmara Municipal do Porto encomenda a Almeida Garrett a conclusão do Plano Geral de Urbanização do Porto que virá a ser conhecido como Plano Regulador da Cidade do Porto (1952) e aprovado em 1954. No Plano Regulador propôs, pela primeira vez, a delimitação da serra de Valongo como Reserva Regional. (GARRETT, 1952) (Fig 7.18).

“A todo este sistema interno deverá juntar-se um suburbano de parques de fins de semana, e um outro que poderá distanciar-se

Gundezinho ao mosteiro de Laura muitas igrejas, e entre elas a de S. Martinho de Valongo...”. Sabe-se, também, por vários documentos que existiu aqui o “Couto de Luriz” concedido por El-Rei D. Afonso Henriques (1140) a D. Ribaldiz, Bispo do Porto. Este “Couto” teve juizes ordinários, procuradores, advogados e jurados, situando-se o tribunal junto à Ponte de Luriz. S. Martinho do Campo é, também, citado com este nome nas Inquirições de 1258. Segundo a Corografia Moderna do Reino de Portugal, de 1875, S. Martinho de Campo vinha referenciado com o nome de Recezinhos de Ponte Ferreira, como pertencendo à Abadia do Convento de Vilela e que depois passou para a alçada do Bispo e integrada no então concelho ou julgado de Aguiar de Sousa. O Padre Joaquim A. Lopes dos Reis (1904), na monografia “Villa de Vallongo”, refere que na época romana, passava por S. Martinho do Campo uma estrada romana de 2a ordem que ia da encosta nordeste da Serra do Raio chegava a Aguiar de Sousa e servia para transportar para o Rio Douro os minérios que eram embarcados para “Cale” e depois para Roma. A já referida Necrópole Romana da Corredoura, comprova a existência de uma povoação no sopé da Serra do Raio que, no dizer do Padre Joaquim A. Lopes dos Reis, “...estendia-se desde o Castro para Couço e para o Salto e pela Agra de Gallegos, onde, foi levantada pelos povos de toda a Callecia uma lápide em memória de um governador que os tratara humanamente”. Esta pedra epigráfica, encontrada no Campo de Sant’ Anna, em Braga, e referenciada no Cathálogo dos Bispos do Porto, tem a seguinte inscrição: “...fora levada das minas e vestígios Romanos que havia em Valle do Logar de Vallongo, duas léguas acima da cidade do Porto, e era base de um padrão que esta cidade n’aquelle valle erigira dedicado a Caio César, filho adoptado e bem estimado do Imperador Octaviano César Augusto.” A comprovar a existência desta via ficou-nos o topónimo “Milharia”, dado ter existido ali um marco miliário - marcos em pedra que davam aos viajantes indicações das distâncias às localidades principais. Em S. Martinho do Campo existe um espólio romano que retracta bem a presença romana, nomeadamente os “fojos” que são poços e galerias de minas na serra de Pias e do Raio e a Necrópole Romana da Corredoura, entre outros vestígios (Reis, 1904).



Fig. 7.17 - Antepiano Regional do Porto (1946)

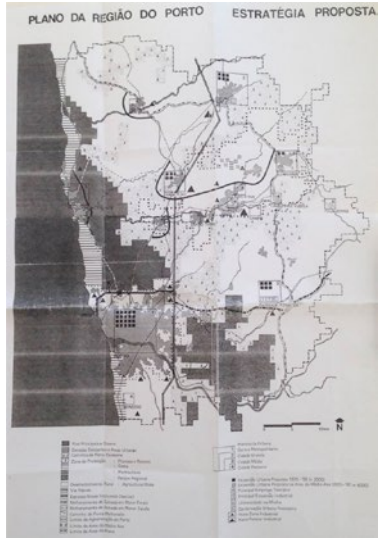


Fig. 7.19 - Plano da Região do Porto (1965)



Fig. 7.18 - Plano Regulador do Porto (1952)

mais e que deverá ser constituído pelas chamadas reservas regionais e as grandes reservas nacionais. ... Nos arrabaldes rústicos do Porto, nas margens dos rios, nos pinhais junto ao mar, ou nos cabeços arborizados das serras, tem a população belíssimos locais para passear, repousar e tomar excelente ar. Julgamos poder definir assim este dispositivo verde exterior: 1) Parques suburbanos: Mindelo, Ponte da Pedra, Monte Castro, Monte da Virgem, Marginal do Douro, 2) Reservas regionais: Serra de Valongo, Crestuma, Matinha e 3) Grandes reservas nacionais: Marão, Gerês, Leiria.” (Garrett, pp. 15-16)

7.2.2.2 O Plano da Região do Porto de 1975: a consagração da ideia

Consideramos que todas estas iniciativas, entre 1932-1952, têm um carácter predominantemente indicativo, mas vão construindo uma ideia. Cerca de 20 anos mais tarde, no Plano da Região do Porto (1975), os professores e urbanistas Johnson Marshall e Costa Lobo propuseram a criação de um Parque Regional

como uma zona de proteção. Tratava-se de uma iniciativa do Ministério do Equipamento Social – Direção Geral dos Serviços de Urbanização á qual estava associado o Gabinete do Plano da Região do Porto (Fig 7.19).

No Relatório Suplementar de Dezembro de 1975 afirmam: “... prestam-se estas zonas para importantes fins não recreativos, nomeadamente, para impedir a junção das áreas urbanas, (especialmente no caso do Grande Porto, do Médio Vale do Ave e de Braga), para manter o carácter distintivo dos diferentes vales, e para o fomento da produção de madeiras. A par disso, podem no entanto oferecer oportunidades para recreio quer onde a procura é particularmente forte, quer onde exista significativo potencial recreativo” (MARSHALL, LOBO, 1975). É feita a proposta de criação de uma série de zonas de proteção: A) Parque Regional; B) Zona Costeira; c) Zonas de Mata/Recreio; d) Zona de Horticultura e é também de registar a proposta feita para

uma gestão descentralizada do Parque Regional. Este é descrito do seguinte modo: “Parque Regional – “Este grande trato de terreno predominantemente montanhoso, tem actualmente apenas reduzida população, pouca agricultura e considerável florestação. Tem aptidões para desportos, como a pesca, caça, remo, vela, marcha a montanhismo, além de reunir condições para recreio menos activo, como locais para picnic e contemplação da paisagem. Situa-se convenientemente próxima da zona mais urbanizada do norte do país. A fronteira do parque corresponde ao limite do crescimento para nascente. Esta área deverá designar-se por Parque Regional e orientar-se para fornecer facilidades recreativas. A florestação comercial poderá desenvolver-se no parque mas deverá conduzir-se no sentido de beneficiar a paisagem usando essências nativas ou introduzidas há longa data na região, sobretudo a adicionar aos locais de recreio e ao longo das estradas”. (Estratégia Proposta; Junho, p. 147).

Indica-se que o Parque Regional, assim como a Zona Costeira, as Zonas de Mata/Recreio e a Zona de horticultura, deverão ser designados como “áreas especiais e planeamento nas quais deverão merecer particular atenção todos os requerimentos para iniciativas de desenvolvimento residencial ou outro tipo de ocupação do solo” (Ibidem, p. 161). Sobre o modo de atuar e a legislação sobre a conservação lê-se: “Embora o plano chame especial atenção para a importância e necessidade da salvaguarda das zonas costeiras, florestal e duma área verde de protecção da Aglomeração do Porto, não especifica as medidas através das quais pode ser feita essa salvaguarda. A sua identificação como “áreas especiais” ou “zonas de protecção” pode facilitar a imediata aplicação de estritas medidas de controlo. Contudo, deverá reconhecer-se a necessidade de levar a cabo investigações para identificar os critérios que definam os terrenos de salvaguarda destas áreas em relação a todos os tipos de utilização não desejáveis, e da melhoria das suas condições de amenidade” (Ibidem, p. 166).

Os trabalhos do Plano da Região do Porto desenrolaram-se entre 1973 e 1978. Sabe-se que em resultado deste plano, a Assembleia Municipal de Valongo com base num Memorando intitulado

“Criação de um Parque Natural” deliberou por unanimidade, em 14 de março de 1978, apoiar a iniciativa da criação do Parque Natural. Neste memorando lê-se o seguinte:

“No que se refere às dimensões a atribuir ao futuro parque, penso que haveria vantagem em estendê-lo a partir de Santa Justa no sentido sudeste, até atingir o Douro, por altura da Serra da Boneca que ficaria incluída. Por este motivo, e adoptando a designação provisória de “parque natural de Santa Justa-Serra da Boneca” ele teria cerca de 20km de extensão em serra brava, desabitada e selvagem. “... “ O futuro parque, assim delineado, irá abranger terras dos concelhos nossos vizinhos de Gondomar, Paredes e Penafiel e às respetivas câmaras entendo que se deveria oficial, desse já, para lhes dar conhecimento de aspirações que são comuns sobre este plano e o desejo de nos associarmos para a sua realização. ...”

Foi dado conhecimento desta decisão à Direção de Planeamento Urbanístico de Entre-Douro e Minho, que na pessoa do seu Diretor, Eng. Humberto Moreira, escreveu em 10 de Maio de 1978, ao Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, anexando planta na escala 1/50000 com o “esboço de limite do Parque” esclarecendo que “... houve a preocupação de incluir na área proposta em 1975 pelos Consultores, outros trechos de grande potencial paisagístico – as margens do Douro e Tâmega, p.ex.”. A Direção de Planeamento Urbanístico de Entre Douro e Minho pertencia ao Ministério da Habitação e Obras Públicas sendo o arquiteto paisagista Ilídio de Araújo Coordenador do Grupo de Estudos de Planeamento e o arquiteto urbanista Marques de Aguiar, o Coordenador do Grupo de Estudos de Urbanismo. A carta anexa a este ofício, intitulada “Parque Natural Regional. Alguns Elementos para a sua Delimitação” é datada de Abril de 1978, embora não assinada, permite-nos atribuir a autoria do arquiteto paisagista Ilídio de Araújo, que participou no Plano da Região do Porto, e conceptualizou o ordenamento do território do Norte de Portugal em função dos Centros de Apoio Rural, conforme a carta regista (Fig 7.20).



Fig. 7.20 - Parque Natural Regional (1978)

7.2.2.3 Nas décadas de 1980 e 1990: variações sobre um mesmo tema

Nas décadas de 1980 e 1990 vão surgir diversos documentos dispersos continuando a reforçar a ideia e a valorizar os territórios embora sem que algo se concretizasse. Em 1981, por iniciativa de Nuno Gomes Oliveira surge o Projeto de Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal: “Estas serranias falam-nos da história, da biologia, da geohistória; se a soubéssemos salvaguardar e interpretar, podemos transformar serras de Santa Justa, Pias e Castiçal em autênticos laboratórios para o cientista e para o estudante e locais de cultura e recreio para o cidadão. As crianças das escolas, e os adultos porque não, poderiam ir ali ver como funciona uma azenha, aprender como os romanos exploravam o ouro, ou como hoje se explora e trabalha a lousa; podem ver plantas e animais já pouco comuns noutras zonas, e perceber melhor o equilíbrio da natureza; podem, em suma, ter uma lição viva sobre as ciências e as culturas.” (Oliveira, 1981).

O Relatório “A Área Metropolitana do Porto- Problemas e Prioridades” (CCRN, 1987) coordenado por Abílio Cardoso refere o Parque metropolitano de Gondomar. Em 1988/1989, no Programa Operacional Regional da Área Metropolitana do Porto refere-se o Parque Ecológico de Santa Justa, inserido num programa de parques.

Em 1993, o “Estudo Sócio Económico da Área Metropolitana do Porto”, a área constituída pelas Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal foi integrada na proposta de um parque metropolitano, inserido num corredor ecológico estrutural, com a função de constituir uma cortina verde tampão e contribuir para o equilíbrio ambiental de todo o ecossistema da AMP. (Fig 7.21) Nas propostas da intervenção “Estruturar o modelo territorial” é referida a criação de um Parque metropolitano em matéria de ambiente e lazer. É sempre de recordar que os estudos metropolitanos incidiam sobre apenas nove concelhos entre os quais, Gondomar e Valongo.

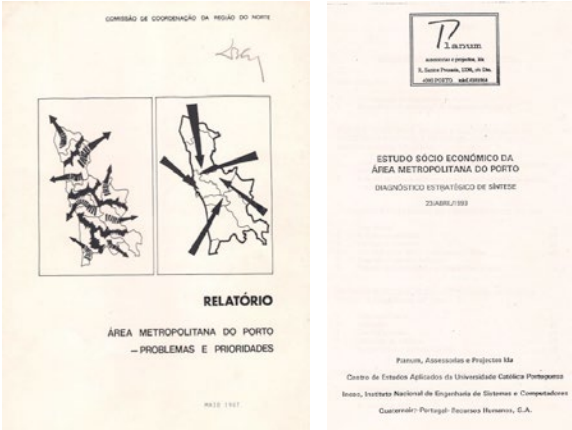


Fig. 7.21 - Capas dos relatórios “A Área Metropolitana do Porto- Problemas e Prioridades” (1987) Estudo Sócio Económico da Área Metropolitana do Porto (1993)

7.2.2.4 Na primeira década do milénio: a dimensão metropolitana

A Comissão de Coordenação da Região Norte e a Área Metropolitana do Porto entenderam neste período prosseguir com a ideia de um parque nestes territórios em estudo. Foram concretizados três estudos, coordenados por Teresa Andresen (CIBIO, FCUP): “Estrutura Ecológica da Área Metropolitana do Porto” (CCDRN, 2004), “Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental da Região Norte/ERPVA” (CCDRN, 2008) e, por último, a “Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto” (AMP, 2009). A ERPVA foi proposta no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Norte e foi desenvolvida a dois níveis: região e Arco Metropolitano do Noroeste. Os três estudos incluem o PSeP e o documento mais recente avançou com a proposta do Parque metropolitano do Salto, com uma área de 5100 ha, um pouco inferior àquela que o PSeP atualmente ocupa, e propondo a sua integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas enquanto Área de Paisagem Protegida de interesse regional. (Fig 7.22, 7.23, 7.24 e 7.25)

“... integra um importante marco da história geológica do território continental, o “Anticlinal de Valongo”. Contudo, o valor geológico deste espaço não se restringe somente a esta dimensão pois existe um conjunto de aspectos que fazem destas serras uma ‘biblioteca temporal’. Como factores de maior relevância estão a presença de grandes quantidades de fósseis marinhos, indicando que outrora esta área foi fundo oceânico ou a presença de minas e fojos (antigas minas romanas de ouro). A presença destes valores levou, por iniciativa da Câmara Municipal de Valongo em articulação com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, à criação e delimitação do Parque Paleozóico.

A conjugação de condições climáticas favoráveis com a presença de fojos, há muito tempo desactivados, permitiu a fixação nestes locais de importantes comunidades vegetais e animais, nomeadamente os fetos (*Culcita macrocarpa* e *Tricomans speciosum*) e a salamandra portuguesa (*Chioglossa lusitanica*). Estas espécies, juntamente com

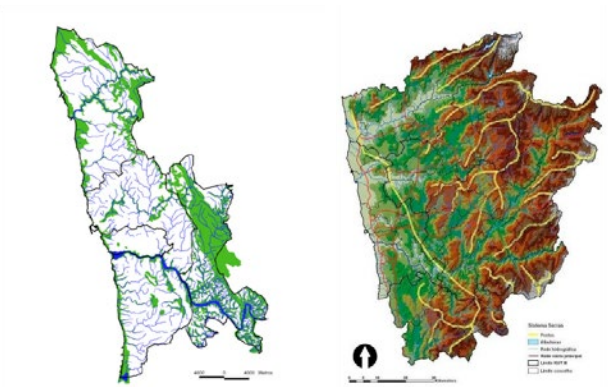


Fig. 7.22 - Estrutura Ecológica Bruta (2004) Fig. 7.23 - ERPVA / Arco Metropolitano do Noroeste (PROT, 2008)

outros habitats e espécies distribuídos pelas serras, fizeram com que o núcleo central formado por Santa Justa, Pias e Castiçal integrasse a Rede Natura 2000, constituindo o Sítio PTCON0024 Valongo. Distribui-se ao longo do maciço xistoso a oriente da cidade do Porto, que corre sensivelmente paralelo à costa, afastando-se esta para sul. Esta cordilheira, rasgada pelos Rios Ferreira e Sousa, integra um importante marco da história geológica do território continental, o “Anticlinal de Valongo”.

A riqueza natural e patrimonial deste Parque não se restringe somente a este núcleo central Um pouco por todo este território complexo existem marcos que evidenciam a sua importância como recurso natural e pólo de humanização e culto. O uso de solo predominante é o florestal, constituído por povoamentos florestais mono específicos prevalecendo o eucalipto, com presença de espécies invasoras (especialmente acácias), um cenário que se tem revelado particularmente vulnerável ao fogo. Este é o principal factor da transformação das serras nos últimos quarenta/cinquenta

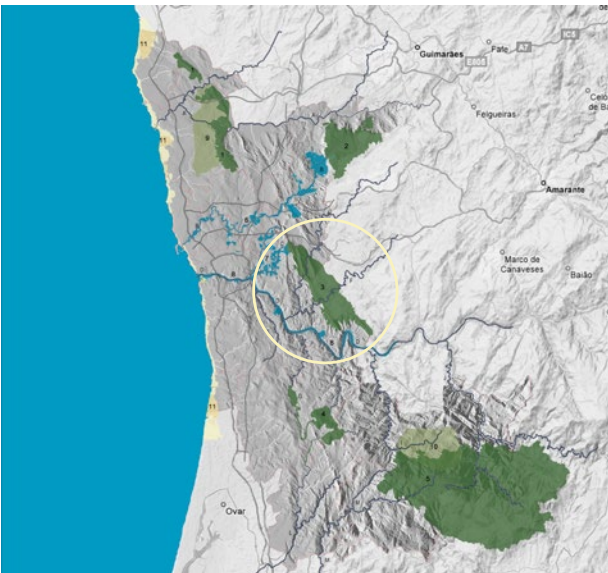


Fig. 7.24 - Rede de Parques Metropolitanos da AMP (2009)

anos seguido da edificação. A paisagem das serras encontra-se desqualificada e a sua requalificação e reapropriação implica um processo de intervenção de média-longa duração, sendo que a instalação de áreas-piloto de intervenção de requalificação da paisagem devia ser prioritária.” (Andresen et al, p. 43)

7.2.2.5 A criação do Parque das Serras do Porto

(Adaptado de: Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto, 2017 Parque das Serras do Porto. Uma visão comum. Uma esgratégia coumu, uma ação comum)

A campanha autárquica dos municípios de Gondomar, Paredes e Valongo 2013 colocou uma tónica forte no objetivo de criação

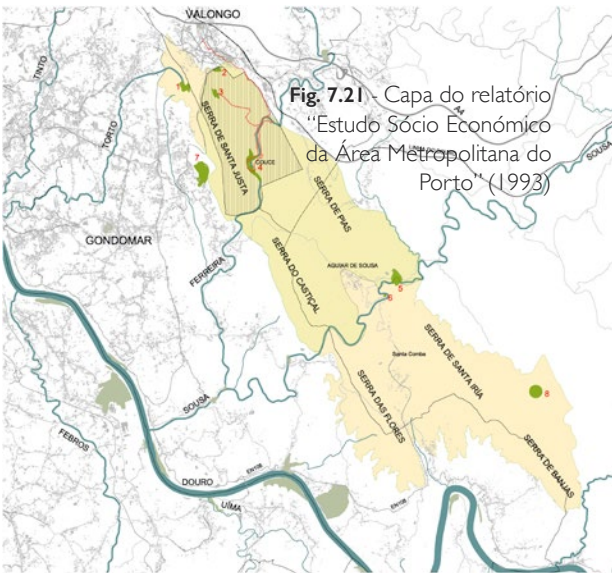


Fig. 7.25 - Rede de Parques Metropolitanos da AMP - O Parque do Salto (2009)

de um parque supramunicipal de interesse metropolitano, tendo coincidido com a adesão do município de Paredes à Área Metropolitana do Porto. Em 2014, foi criada uma equipa técnica intermunicipal dedicada ao projeto, então chamado “Pulmão Verde”, que desenvolveu uma série de documentos de suporte tendo em vista a criação de uma paisagem protegida regional. Em 10 de abril de 2015, este projeto foi considerado de interesse metropolitano, pelo Conselho Metropolitano do Porto. Da primeira etapa de trabalho resultou um Acordo de Colaboração entre os três municípios, assinado em 20 de junho de 2015 num lugar simbólico – o ponto de encontro dos três concelhos, em plenas serras (Fig 7.26).

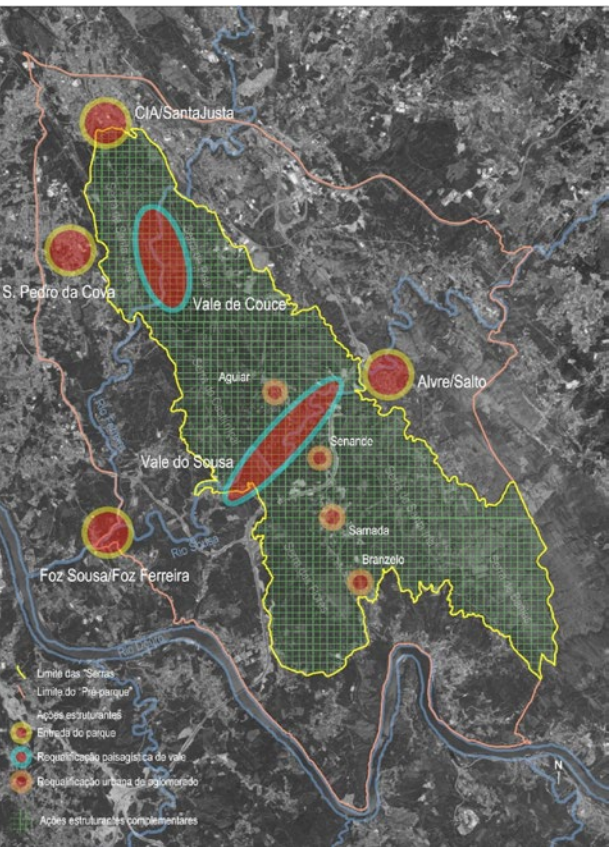


Fig. 7.26 - Acordo de Colaboração (20 de Junho 2015)

O acordo traduz o compromisso de uma atuação integrada, reconhecendo desde logo que as serras reúnem condições para serem consideradas uma paisagem protegida de âmbito regional mediante um programa de ação “...capaz de compatibilizar a proteção do património natural e cultural com o desenvolvimento económico e de qualidade de vida das populações, orientado por princípios de sustentabilidade e inclusão social. Pretende-se que a atuação na área abrangida pelas Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores, Santa Iria e Banjas se baseie numa dinâmica metropolitana de cooperação e complementaridade, conducente à promoção e uma identidade territorial e a uma maior capacidade de captação de investimento.”

A paisagem das Serras foi também entendida como um ativo da AMP e como uma *green infrastructure*. Foram subscritos um conjunto de princípios e identificadas as seguintes ações: 1) preparar o processo de criação da paisagem protegida, 2) elaborar um plano de gestão, 3) implementar um modelo de gestão assente em três órgãos designados como Conselho

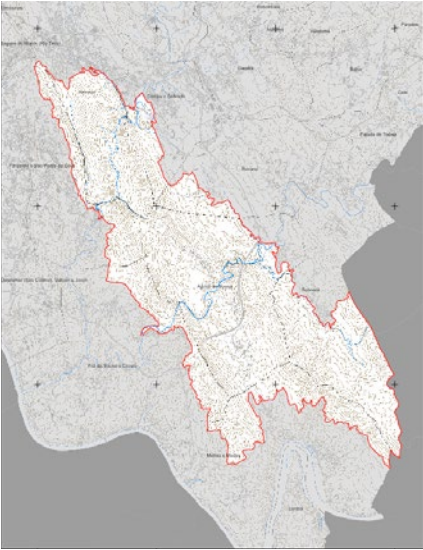


Fig. 7.27 - Aviso nº 7409-C/2016 - Limites do parque

consultivo, Conselho de gestão e Órgão de gestão executiva, 4) promover a criação de um associação de amigos 5) promover um programa de comunicação e 6) promover um programa de atividades económicas orientadas para o recreio, o turismo e os produtos locais e a conservação patrimonial. Por sua vez, estas ações foram divididas em ações estruturantes e ações complementares. Nas ações estruturantes foram identificadas quatro entradas da paisagem protegida a requalificar: eixo CIA/ Santa Justa; eixo Senhora do Salto/Alvres, São Pedro da Cova e eixo Foz do Sousa/Foz do Ferreira, os aglomerados a reabilitar: Aguiar, Brandião, Branzelo, Sarnada e Senande e duas áreas para qualificação paisagística: vale de Couce (rio Ferreira) e vale do Sousa entre Covelo e Castelo de Aguiar de Sousa. As ações complementares identificadas foram a qualificação do coberto vegetal, a valorização das concessões mineiras e o complexo mineiro aurífero romano.

O trabalho prosseguiu, suportado pelas disposições do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 242/2015, de 15 de outubro, que define que os municípios e associações de municípios adquirem competência para criar áreas protegidas de âmbito local ou regional e ainda pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente no respeitante à constituição de uma associação de municípios de fins específicos (Artigos 108 a 110). Assim, no dia 29 de fevereiro de 2016 reuniram as assembleias municipais dos três municípios e foi aprovada a criação da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, tendo como fim específico a criação e gestão do Parque das Serras do Porto. Ficou definido que os órgãos da Associação seriam os seguintes: a Assembleia-Geral, o Conselho Executivo, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo. A escritura de constituição da associação decorreu em São Pedro da Cova no dia 18 de abril de 2016.

O ano de 2016 prosseguiu como um ano instalador do Parque e de redação dos documentos inerentes à classificação como paisagem protegida regional. A 9 de junho foi publicado em Diário da República o Aviso nº 7409-C/2016, referente ao período de discussão pública da criação do Parque das Serras do Porto, com base em duas propostas: regulamento de gestão e delimitação

geográfica da área, suportadas por um conjunto de documentos de fundamentação. O regulamento de gestão está organizado em quatro capítulos: I - Objetivos, Órgãos e Competência, II - Atos e Atividades Interditas e Condicionadas, III - Normas de Fiscalização e Regime Contraordenacional e IV - Disposições Finais. A delimitação geográfica é a reproduzida na figura 7.27.

A discussão pública decorreu entre 27 de junho e 5 de agosto, tendo havido lugar a três sessões públicas de esclarecimento, uma em cada município. Dinamizou-se também uma sessão



Fig. 7.28 - Tomada de Posse dos membros da Assembleia-Geral, Conselho Executivo e Conselho Fiscal da AMPSeP Biblioteca Municipal de Gondomar - 28 de novembro 2017

direcionada para entidades que atuam ao nível da fiscalização e proteção civil, tendo estado presentes representantes de Juntas de Freguesia, PSP (incluindo BRIPA), GNR (incluindo SEPNA), cooperações de Bombeiros Voluntários, Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto, Associação Florestal do Vale do Sousa, Afocelca e elementos dos dispositivos de proteção civil e polícia municipais. De referir que o cumprimento do regulamento de gestão, assim como da legislação complementar aplicável ao Parque, é da competência dos municípios de Gondomar, Paredes e Valongo e demais entidades nos termos da legislação em vigor.

Como resultado da discussão pública, e conforme consta do relatório de ponderação, foram reunidos 363 contributos, versando sobretudo os seguintes temas: a prática motorizada, nas vertentes desportiva e/ou de animação turística, a gestão florestal/rentabilidade económica das propriedades, a valorização do património geológico e exploração mineira, a alteração de limites e/ou entradas, a fiscalização e a caça e pesca.

De referir que o processo foi objeto de articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, destacando-se uma apresentação introdutória e reuniões posteriores em torno do regulamento de gestão da paisagem protegida regional, incluindo uma em Lisboa, com a presença do Senhor Presidente e Senhora Vogal do Conselho Diretivo.

A 21 de dezembro a Assembleia-Geral da Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto aprovou por unanimidade a classificação do Parque das Serras do Porto como Paisagem Protegida Regional e a 15 de março de 2017 foi publicado o em Diário da República o Aviso n.º 2682/2017.

O Parque das Serras do Porto, marca já registada junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, fruto da sua singularidade e relevância para o País, foi honrado com o Alto Patrocínio do Presidente da República em janeiro de 2017.

Tendo decorrido em 1 de outubro as eleições autárquicas (2017) houve lugar a nova tomada de posse dos órgãos sociais da Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto, em Gondomar, em 28 de novembro de 2017 (Fig 7.28).

7. A história do Parque das Serras do Porto

7.4 Bibliografia

- ABRANCHES, Mariana - **A ideia do parque metropolitano na história do planeamento da área metropolitana do porto**, fevereiro 2015, não publicado
- ADERSOUSA (s/d) – **Caminhos Antigos e de Peregrinação das Terras do Sousa**. Estudo. (http://www.adersousa.pt/estudo_-_caminhos_de_peregrinacao.html)
- ALARCÃO, J. (1988) – **O Domínio Romano em Portugal**. Publicações Europa América. “Forum da História”.
- ALARCÃO, J. (1988) – **Roman Portugal. Warminster** – England.Vol. II.
- ALARCÃO, J. (2001) – **As Paróquias Suévikas do Território actualmente Português. Actas Salmanticensia: coloqui sobre lenguas y culturas prerromanas de la peninsula ibérica**. Salamanca: Ediciones Universidad, pp. 29 – 59
- AMORIM, M. Alexandra, **Porto a cidade planeada – 1930-1980**, 1998Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto,Tese de Mestrado.
- ANDRESEN, Teresa, 2008, **Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental da Região Norte**, PROT-NORTE, Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico, CCDR-Norte.
- ANDRESEN, Teresa, et al, 2004 **Estrutura Ecológica da Área Metropolitana do Porto**, ICETA.
- ANDRESEN, Teresa, et al, 2009, **Rede de Parques Metropolitanos na Grande área Metropolitana do Porto** – Relatório final, AMP, CIBIO,
- ADP(Arquivo Distrital do Porto) - **Livro de Ornamentos desta Igreja** 1679-1729. PT -ADPRT - PRQ - PRD01/009/0002
- ALMEIDA, C. A. F. (1968) – **Vias Medievais – Entre Douro e Minho**. Porto: Faculdade Letras da Universidade Porto. Dissertação para Licenciatura em História
- ALMEIDA, C.A.F. de (1980) – **Os Castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma/Baltar**. Boletim Municipal. Paredes: Câmara Municipal. N.º3, p.15-17.
- Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto, 2017 **Parque das Serras do Porto. Uma visão comum. Uma estratégia comum, uma ação comum**.
- AZEVEDO, P.A. de (1898) – **O território de «Anegia». O Archeologo Português**. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. IV, p.193-221
- BARREIRO, J., (1922-1924) – **Monografia de Paredes**. Porto:Tipografia de Laura Couto & Pinto
- BAPTISTA, L.; FONSECA,V.; RODRIGUES, L.;TEIXEIRA, R. (2005) - **Resultados preliminares da intervenção arqueológica na Quinta da Ivanta, Valongo. Atas do III Simpósio de Mineração e Metalurgia Hstóricas do Sudoeste Europeu. Porto**
- BARROCA, M. J. (1990-1991) – **Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)**. Portugália. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série – Vol. XI-XII, p.91-136.
- BARROCA, M. J. (2004) – **Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Sé. IX a XI)**. Portugália. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série. Porto: FLUP.Vol. XXV, p. 181- 203

- BOISSELLIER, S (2012) - **La construction administrative d’un Royaume. Registre de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais** (XIII-XIVe Siècles) Universiidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa. Porto
- CAMPOS, Ezequiel, 1932, **Prologo do Plano da Cidade do Porto**, Porto.
- CAPELA, J. V., MATOS, H., BORRALHEIRO, R. (2009) – **As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património**. Colecção - Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758. Braga, vol.5.
- CARDOSO, Abílio et al, Relatório - **A Área Metropolitana do Porto- Problemas e prioridades**, 1987, Comissão de Coordenação da Região Norte.
- CARDOSO, Abílio Silva, **Área Metropolitana do Porto – Que futuro?** 1990, CCRN, Série Perspectivas, n. º3, Porto.
- CARDOSO, Padre L. (1747) – **Diccionario Geografico**. Lisboa, Tomo I
- CARVALHO, M. (2005) - **Foral de Baltar - 1515**. Câmara Municipal de Paredes: Reviver-Editora (fac-similado)
- CASTRO, L. A. (1961) – **Achados Romanos na Mina do Fojo das Pombas (Valongo)**. In: Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro, Vol. XV-Fasc.3-4
- COELHO, M. F. (1988) – **Monografia do Concelho de Paredes**. I – Freguesia de Aguiar de Sousa. 1ª Ed. Gráfica de Paredes: Câmara Municipal de Paredes, 1988.
- COSTA, P. António Carvalho da (1706). **Corografia Portuguesa e Descripcam Topografica**. Braga: Ed. II, Tomo I, p. 331.
- COSTA, L. V., SILVA, M. A. (2012) – **Torre do Castelo de Aguiar de Sousa. Entre a matéria e o mito. Sobreposições do tempo**. Lousada. Centro de Estudos do Românico e do Território. N.º3
- CUNHA, R. (1623) – **Catálogo dos Bispos do Porto**. Porto: Officina PROTOTYPA, Episcopal.
- DUARTE, L. M. (1995) – **A Actividade Mineira em Portugal durante a Idade Média**, Revista da Faculdade de Letras. Porto: FLUP (História). 12, p.75-112.
- ENCARNAÇÃO, J. D’ (1975) – **Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)**. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- FÉLIX, N. (2008) – **Contribuições para o estudo do Património Geológico e Mineiro do Concelho de Paredes**. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. 2vols. Dissertação de Mestrado.
- FERRAMOSCA, F. (1998) – **O Porto Medieval e o seu Termo (Segundo o Livro da Rua Nova)**. Dissertação de Mestrado em História Medieval. Porto: Faculdade de Letras da UP. (policopiado)
- FIGUEIREDO, António; GOUVÊA, Conceição; SILVA, Laurinda, 1993, **Estudo Sócio Económico da Área Metropolitana do Porto** –Planum, Assessorias e Projectos, Lda.
- FREIRE, A. B. (1905) – **Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século**. Archivo Historico Portuguez. Vol. III, Lisboa.
- GARRETT, Antão de Almeida, 1946, **A indústria e o Plano Regional do Porto**, Separata do n.º 323-234 de «A indústria do Norte» - Novembro e Dezembro.
- GARRETT, Antão de Almeida, 1952, **Plano Regulador da Cidade do Porto**, Publicações da Câmara Municipal do Porto.
- GARRETT, Antão de Almeida, 1966, **A região urbanística do noroeste português**, Separata da revista da Faculdade de Engenharia – Vol. XXXI - n.º 1, Janeiro / Junho.

- GARRETT, Antão de Almeida, 1974, **História da evolução dos planos gerais de urbanização da cidade do Porto**, Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia do Porto, Boletim n.º 14, Junho. (existem 2 documentos iguais)
- GARRETT, Antão de Almeida, 1974, **Para quando um Plano Director da Região do Porto?** Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia do Porto, Boletim n.º 13, Março.
- GARRETT, Antão de Almeida, O Grande Porto – **Sugestão do zonamento disciplinador**, 1975, Secção de planeamento urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Extracto do Boletim n.º 20, Novembro.
- JORGE, V. O. (1982) – **Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1982. Dissertação de Mestrado
- LIMA, A. M. C. (1993) – **Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (sécs. IX-XII)**. Dissertação de Mestrado de Arqueologia. FLUP. (Policopiado).
- LIMA, A. M. C. (1999) – **O território Anegia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (Séculos IX-XII)**. In: Carlos Alberto Ferreira de Almeida – In memoriam I. Porto: FLUP, p.399-413
- LIMA, A. M. C. (2008) – **A Importância Estratégica do vale do Sousa na “Reconquista”**. **Propostas para uma nova leitura das fontes documentais e dos dados arqueológicos**. Atas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa. OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património. Câmara Municipal de Lousada. Número especial, p.165-174
- LIMA, A.; FÉLIX, N., DIAS, A., SILVA, M. A. (2011) – **Mineração Romana no Concelho de Paredes (Portugal)**. In: Actas del quinto Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo (León-2008). León: SEDPGYM, p. 463-470
- MAIA, A. C. S. (1980) – **De agendis: Aras de Santa Comba. O Concelho de Paredes** – Boletim Municipal. Paredes: Câmara Municipal de Paredes, 1980. 3, p.29-37
- MARQUES, José (1982) – **Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV: Subsídios para o seu estudo**. FLUP. Revista de História, vol, III. (Separata) <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6519.pdf>
- MARQUES, J. (s/d) – **A Aldeia de Couce. Valongo** – NACVAL – Núcleo de Acção Cultural de Valongo
- MARQUES, M. A. (2013) - **Foral de Aguiar de Sousa 1513**. Editora : O Planeta da Escrita. Câmara Municipal de Paredes, 1ª edição
- MARSHALL, M.; LOBO, M. Costa, 1975, Plano da Região Porto, DGSU, Gabinete do Plano da Região Porto..
- MATTOSO, J. (1985) – **Ricos-Homens Infâncias e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI-XII**. Coleção História e Ensaios. Lisboa: Guimarães Editores
- MATTOSO, J. (1995) – **Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal** 1096-1325. I – Oposição. Lisboa: Editorial Estampa, 5ª ed. Nº12
- MATTOSO, J., KRUS, L., BETTENCOURT, O. (1982) – **As inquirições de 1258 como fonte de história da nobreza: o julgado de Aguiar de Sousa**. Revista de história económica e social. Nº9, p.17-74
- MENDES-PINTO (2000) – **Instalações Mineiras romanas no Fojo das Pombas (Valongo-Portugal)**. Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto: ADECAP. Vol. VI, p.401-4019.

- **Memorando sobre a “Criação de um Parque Natural” da Assembleia Municipal de Valongo de 6 de março de 1978**, assinado por Francisco João Vieira Dias de Carvalho submetido á Assembleia Municipal de 14 de março e aprovado por unanimidade
- **Ofício da Direção de Planeamento Urbanístico de Entre Douro e Minho**, de 10 de maio de 1978 dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Gondomar
- OLIVEIRA, C. (1979) – **O concelho de Gondomar**. (Apontamentos Monográficos). 2ªEd. Imprensa Moderna, Ltda. Porto.
- OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F., PEREIRA, B. (1983) - **Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas Moagem**. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia/INIC
- OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. (2000) – **Arquitectura Tradicional Portuguesa. Portugal de Perto**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 4.ªEd., n.24.
- OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F., PEREIRA, B. (1983) - **Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas Moagem**. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia/INIC
- OLIVEIRA, Nuno Gomes, 1981, **Projecto de Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal**, Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem, Dezembro.
- PINHO LEAL, A. S. A. B. (1873) – **Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heráldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal**. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.
- PINTO, Maria Alcide Baptista, 2002, **Parque metropolitano do Porto – um programa estratégico**, Universidade de Évora, Tese de Licenciatura.
- PINTO, J. M. (1992) – **A Mineração do Ouro em Época Romana nas Serras de Santa Justa e Pias (Valongo)**. In: Boletim Cultural da Câmara Municipal de Valongo (O) Culto, n.º 1, Julho de 1992
- **Programa Operacional Regional da Área Metropolitana do Porto (PRORAMP)** 1989/1988
- REDENTOR, A. (2009) – **Ara Funerária de Melres (Gondomar). (Conuentus Bracaraugustanus). Ficheiro Epigráfico**. Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia. Vol. 89. Inscrição nº 403, p.
- REDENTOR, A (2011) – **A cultura epigráfica no conventos Bracaraugustanus: percursos pela sociedade brácara da época romana**. Coimbra: FLUC. 2 Vol. (Dissertação de Doutoramento)
- REDENTOR, A. (2013) – **Em torno dos metalla durienses, no rasto dos que por lá pervagaram**. Comunicação apresentada no: I Encontro Científico – A Mineração romana de ouro em Paredes.
- REIS, J. A. L. (1904) – **A Villa de Vallongo - Suas Tradições e História, Descrição, Costumes e Monumentos**. Porto, 1904
- ROSAS, L. M. C. (2008) – **Rota do Românico do Vale do Sousa**. Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa, 2008. p.97-103.
- S/A (1997) - **A mineração do ouro na época romana in A Mineração no Concelho de Valongo: O Ouro e a Lousa** - Guia da Exposição, Valongo
- SANTOS, C. A. D. (1973) - **O Censual da Mitra do Porto**. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do concílio de Trento. Publicação da Câmara Municipal do Porto.

- SILVA, A. C. F. (1986) – **A cultura castreja no noroeste de Portugal**. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.
- SILVA, A. C. F. (1994) – **Origens do Porto. História do Porto**. Porto: Porto Editora, p.46-117.
- SILVA, E. M., SILVA, M. A. (1987) – **Moinhos do rio Sousa**. Revista de Ciências Históricas. Porto: Universidade Portucalense. Vol. II, p. 341-355.
- SILVA, M. A. (2008) – **Torre do Castelo de Aguiar de Sousa: resultados preliminares de uma sondagem arqueológica**. Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa. Oppidum, Número especial. Lousada: Câmara Municipal de Lousada. p. 117- 130.
- SILVA, M. A., FÉLIX, N. (2008) – **Mineração Romana no Concelho de Paredes**. Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa. Oppidum, Número especial. Lousada: Câmara Municipal de Lousada. p. 67-81
- SILVA, M. A., FÉLIX, N., CARVALHO, L., LIMA, A., GUERNER DIAS, A. (2011) – **O Papel do Município de Paredes na Valorização do Património geomineiro. Contributo dos Sistemas de Informação Geográfica**. In: Actas do Encontro de Arqueologia e Autarquias. Cascais: Câmara Municipal, p.183-198
- SOEIRO, T. (1984) – **Monte Mózinho - Apontamentos Sobre a Ocupação entre Sousa e Tâmega em Época Romana**. Penafiel - Boletim Municipal de Cultura. Penafiel. 3ª Ser., I, p. 108-121.
- SOUSA, A. de (1994) - **Tempos Medievais**. In RAMOS, Luis A. de Oliveira, dir. História do Porto. Porto: Porto Editora. p.118-253.
- TEIXEIRA, C. (1941) – **Notas arqueológicas sobre as minas de ouro das Banjas (Serra de Valongo)**. Prisma. Porto. Vol. V, p. 24-25.
- **Tombo da Mesa Abacial do Mosteiro de Paço de Sousa, Tomo VI**, Livro nº 56, 1651 (manuscrito)
- TRANOY, A. (1977) – **A Proposdes «Callaeci» de Pline: Epigraphie et Peuplement. Bracara Augusta**. Braga. Vol.XXXI, 1977
- VASCONCELLOS, J. L. (1921-1922) – **Inscrição Romana de Santa Comba (Paredes). O Arqueólogo Português**. Lisboa. Vol XXV, p.248-249
- VIEIRA, A. (2007) – **Minas de S. Pedro da Cova (Gondomar, Porto). Breves apontamentos**. al-madan. ISSN 0871-066X. II Serie (15)
- VIEIRA, J. A. (1887) – **O Minho Pitoresco**. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira. Tomo II